

**RENATO FRANCISCO RODRIGUES MARQUES**

---

**O ESPORTE PARAOLÍMPICO NO  
BRASIL: ABORDAGEM DA  
SOCIOLOGIA DO ESPORTE DE  
PIERRE BOURDIEU**

---

Tese de doutorado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Educação Física, na área de concentração Atividade física, adaptação e saúde.

**Orientador: GUSTAVO LUIS GUTIERREZ**

Campinas  
2010

### **3. AS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO ESPORTE ADAPTADO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.**

---

---

O esporte adaptado teve sua gênese pautada num cenário social próprio do século XX, ligado, especificamente, a uma herança própria do esporte moderno. Passou pela mesma transição temporal enfrentada pelo esporte convencional, sobrevivendo como conteúdo cultural das sociedades da segunda metade do século XX e início do XXI.

Diferentemente do esporte convencional, a conformação adaptada apresenta-se na sociedade com alguns braços bem definidos e campos de atuação, de certa forma, independentes. Tal diferenciação se baseia nos agrupamentos sociais pautados por similaridades de deficiência, e o nascimento de entidades organizativas do esporte com finalidades específicas e campos de atuação próprios.

Nesse sentido, este capítulo objetiva apresentar e mapear as áreas de atuação presentes no sub-campo do esporte adaptado, com a finalidade de nortear e facilitar a delimitação metodológica em relação a intervenções específicas nesse espaço.

Bourdieu (2004) aponta que o campo é relativamente autônomo, um microcosmo dotado de leis próprias, diferentes do macrocosmo (leis gerais da sociedade), mas que jamais escapam de imposições do espaço social. Podendo-se aplicar isso a um sub-campo, tem-se que, embora este obtenha suas próprias particularidades, que direcionam seu funcionamento e existência, ainda assim, sofre influência do espaço social externo e suas diretrizes sociais.

Logo, para analisar e intervir sobre o esporte paraolímpico, apenas uma entre muitas das formas de manifestação do esporte adaptado, faz-se necessário analisar, além da conformação social da qual se origina e se suporta este sub-campo, as relações entre as diferentes formas de apresentação esportiva no mesmo, sua posição e formas de interação e atuação.

Para tal, num primeiro momento, serão descritos os diferentes ambientes e espaços de atuação próprios do esporte adaptado, classificados pela associação entre formas de deficiência e a organização de entidades organizadoras deste tipo de fenômeno esportivo.

Em seguida, com base nos objetivos principais deste trabalho, será dado maior enfoque ao esporte paraolímpico e suas manifestações em âmbito internacional e no Brasil.

### 3.1. Formas e espaços de expressão e atuação do esporte adaptado.

O esporte adaptado organiza-se, no século XXI, pautado principalmente em dois critérios. O primeiro ligado ao tipo de deficiência, prevalecendo 3 formas de estruturas de organização – esporte para deficientes auditivos (DA); esporte paraolímpico (englobando deficientes físicos - DF, visuais – DV e intelectuais - DI); e as Olimpíadas Especiais (DI).

O segundo está relacionado ao sentido da prática, na qual se destaca, num sentido oficial, o esporte paraolímpico e os campeonatos destinados aos DA, e num sentido mais re-significado, as Olimpíadas Especiais.

Independente da modalidade esportiva e do tipo de deficiência envolvido, o esporte se mostra, em relação a todas estas vertentes, adequado ao “Modelo de concepção das formas de manifestação do esporte” apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, podendo tomar sentidos diversos de acordo com as intenções, expectativas, possibilidades e gostos dos praticantes, se expressando tanto numa forma *oficial*, quanto *re-significada*.

Com o intuito de sistematizar a análise sobre tais formas de organização, inicia-se neste ponto uma apresentação pautada em três das principais entidades organizadoras do esporte adaptado no mundo. Primeiramente, serão expostos dados a respeito da organização de esportes para DA, posteriormente, sobre as Olimpíadas Especiais e, num terceiro momento, sobre os Jogos Paraolímpicos (JP). Tal forma de apresentação privilegia o objeto central deste trabalho, os JP. Por isso, são apresentadas primeiramente as entidades que não participam deste evento e que têm suas formas e processos de organização independentes em relação ao Comitê Paraolímpico Internacional (IPC).

A apresentação de órgãos não pertencentes ao universo paraolímpico justifica-se pelo fato de serem expressões importantes do esporte adaptado e componentes fundamentais na conformação deste sub-campo. Sua utilidade metodológica se dá na necessidade de uma compreensão profunda sobre este espaço social, para que intervenções e análises sociológicas sobre o esporte paraolímpico (que se caracteriza como uma das formas de expressão do esporte adaptado) possam ser feitas com base nos princípios de Pierre Bourdieu ligados à autonomia relativa dos campos e também à importância do posicionamento social dos sujeitos e objetos envolvidos nestes espaços.

### **3.1.1. O CISS e a organização do esporte para deficientes auditivos no mundo.**

O esporte destinado a pessoas com DA data do século XIX e se apresenta como a primeira forma sistematizada de oferecimento de práticas esportivas para um público com uma deficiência específica (ARAÚJO, 1998a).

Entre 1888 e 1924, seis federações nacionais de esportes para DA surgiram. Bélgica, Tchecoslováquia, França, Grã-bretanha, Holanda e Polônia. Essas entidades, mais atletas de Hungria, Itália e Romênia participaram dos primeiros Jogos Internacionais do Silêncio, em 1924, em Paris, França (DE PAUW; GAVRON, 1995), sendo estes Jogos uma indicação importante da possibilidade de realização de eventos esportivos para pessoas com deficiência.

O esporte para DA é organizado internacionalmente pelo CISS – Comitê International des Sports des Sourds (Comitê Internacional de Esportes para Surdos), fundado em 1922, com sede em Copenhagem, Dinamarca, e não participa dos Jogos Paraolímpicos. O CISS foi reconhecido pelo IOC como uma federação internacional com padrões olímpicos em 1955, porém, isso não o fez membro deste órgão. De Pauw e Gavron (1995) alegam que existe um acordo entre CISS e IOC que garante ao primeiro a autonomia em relação ao esporte para DA. O estatuto do CISS foi criado apenas em 1926, em Bruxelas, na Bélgica (CISS, 2009). Embora tenha participado do movimento paraolímpico até 1995 (GOLD; GOLD, 2007), o CISS não é membro do IPC atualmente, tendo sua organização e atuação completamente independentes.

A competição esportiva mais importante para os DA são os Jogos Mundiais para Surdos (WGD – World Games for the Deaf), antigos Jogos Mundiais do Silêncio, que ocorre de 2 em 2 anos, alternando entre jogos de Verão e Jogos de Inverno, sempre em anos seguintes aos Jogos Olímpicos. Existem modalidades de verão - atletismo, badminton, basquete, boliche, ciclismo, futebol, handebol, judô, karatê, luta livre e greco-romana, mountain bike, natação, orientação, pólo aquático, taekwondo, tênis de mesa, tênis de campo, voleibol de quadra e de praia, e tiro - além de modalidades de inverno – curling, esqui alpino e cross country, hóquei no gelo e snowboard. Nessas disputas as regras são idênticas ao esporte convencional, apenas com adaptações nas formas de comunicação. Os primeiros Jogos de Inverno para este público ocorreram em 1949, em Seefeld, Áustria (CISS, 2009).

Os Jogos Mundiais para Surdos foram reconhecidos pelo IOC e adotaram o nome de “Deaflympics” em 2001 (GOLD; GOLD, 2007). Nesse cenário, os Deaflympics representam uma

celebração e oportunidade de troca de informações culturais da comunidade dos DA (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Os Deaflympics seguem um sentido oficial do esporte, ou seja, são pautados em critérios similares aos Jogos Olímpicos e competições ligadas à comparação direta de performances e a busca e destaque ao vencedor.

Para participar de competições internacionais para DA o atleta deve apresentar déficit auditivo de, pelo menos, 55 decibéis (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Não existe classificação e separação de atletas por nível de audição (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Entre 1988 e 1993 houve tentativas fracassadas de incorporação dos Jogos Mundiais para Surdos aos Jogos Paraolímpicos. Dentre os motivos para tal insucesso pode-se citar o excessivo número de atletas que surgiria nesta junção, a necessidade de altos custos para a presença de um grande número de tradutores, além de outras questões políticas. Porém, o reconhecimento e suporte do IOC ainda são mantidos (CISS, 2009).

Outra justificativa para a não participação de DA nos Jogos Paraolímpicos é o fato de que sua prática requer adaptações mínimas que não justificariam a entrada destes atletas em eventos paralelos. De fato, é comum a participação de DA em competições esportivas convencionais junto com atletas não-deficientes, inclusive em âmbito internacional (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

O esporte para DA se apresenta como uma esfera mais ampla do que o esporte convencional, representando uma comunidade específica para estes sujeitos. Segundo Craft e Lieberman (2004), o esporte para DA é uma forma de compreensão da cultura destes sujeitos e de seus padrões sociais de comportamento, ressaltando a honra de ser DA. Isso acaba fortalecendo certo sentimento de autonomia, mas dificultando também a junção do Deaflympics aos Jogos Paraolímpicos e o CISS a outros órgãos.

O CISS adota, em suas competições, regras praticamente idênticas às utilizadas em outros eventos do esporte convencional para pessoas sem deficiência. As alterações que se incorporam são as de comunicação, na qual são usados, além de sinais sonoros, também sinais visuais, como bandeiras (CRAFT; LIEBERMAN, 2004).

No Brasil, a CBDS (Confederação Brasileira de Desportos para Surdos), órgão responsável pela organização esportiva para o público DA, é filiada ao CISS e foi fundada em 1984, tendo realizado sua 1ª Olimpíada Brasileira de Surdos em 2002 (CBDS, 2009).

### **3.1.2. As Olimpíadas Especiais e o esporte num sentido re-significado.**

As Olimpíadas Especiais caracterizam-se não apenas como uma competição esportiva destinada a pessoas com DI, mas também como movimento e instituição voltados ao desenvolvimento humano destes sujeitos, priorizando na maioria das vezes esse sentido, ao invés da própria competição em si.

O esporte adaptado para pessoas com DI é administrado internacionalmente por duas instituições com objetivos parecidos, porém, com formas de atuação diferentes: A SOI (Special Olympics Inc. – Organização das Olimpíadas Especiais, com objetivos ligados ao esporte num sentido re-significado), e a INAS-FID (Federação Internacional de Esporte para atletas com DI, com objetivos ligados ao esporte num sentido oficial). Neste momento do trabalho será enfocada a atuação da SOI, seguindo o critério de apresentar primeiro as entidades não participantes dos JP, visto que a INAS-FID encontra-se numa situação de membro e participante dos eventos do IPC (com fins organizacionais do texto, a INAS-FID será tratada num momento posterior, juntamente com outras federações componentes do IPC).

Embora haja uma diferença na filosofia entre as duas entidades, ambas não são adversárias, ao contrário, se complementam, visto que existem atletas que participam de eventos promovidos por ambas (INAS-FID, 2009).

As Olimpíadas Especiais - Special Olympic Inc (SOI) - surgiram em 1968, nos Estados Unidos, como uma organização de caridade sem fins lucrativos, criada por iniciativa da família Kennedy, mais especificamente, por Eunice Kennedy Shiver e pela Fundação Joseph Kennedy Jr., num acampamento para pessoas com DI. O IOC autorizou a SOI a utilizar o termo “Olimpíadas” em seu nome desde 1988 (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

O objetivo principal da SOI é a inclusão da pessoa com DI na sociedade através de programas de capacitação, e de inserção destes sujeitos em atividades unificadas, preparando o grupo social para percebê-los como indivíduos realizadores e produtivos, por meio da prática esportiva e outras atividades culturais oferecidas, assim como atuar de forma efetiva em sua sociedade.

Trata-se de um programa internacional de treinamento e competição esportiva em modalidades olímpicas durante todo o ano, vinculado com processos de educação voltados ao público com DI. Segundo Leitão (2002), está presente em 52 estados norte-americanos e mais

161 países. É aberto a pessoas com DI, com idade a partir de 8 anos em modalidades individuais (crianças com 7 anos ou menos, apenas podem participar dos treinamentos), e 15 anos em coletivas, desde que diagnosticado por profissional de saúde competente. Seu funcionamento é baseado na ação conjunta de atletas, familiares destes e voluntários.

As Olimpíadas Especiais compreendem desde a participação esportiva destes sujeitos, até programas voltados ao seu desenvolvimento pessoal na comunidade e escolas. Em todos os projetos da SOI é oferecida aos atletas envolvidos a possibilidade de ganhar prêmios e certificados esportivos das equipes e torneios, usar uniformes e transporte iguais ao das equipes convencionais, participar de cerimônias de premiação internas (serem reconhecidos como atletas nas escolas ou clubes) e representar suas entidades nas competições das Olimpíadas Especiais em que estiverem classificados (KREBS, 2004). A SOI recebe ainda sujeitos com DF, desde que tenham a DI como característica principal (CASTRO, 2005).

A SOI é sediada em Washington, DC. Suas políticas e procedimentos são delimitados por um grupo de diretores que inclui empresários, políticos, atletas profissionais, educadores e especialistas internacionais em DI. É filiada ao Comitê Olímpico Norte-americano (USOC – o que confere certo vínculo ao IOC, porém, é um órgão internacional e autônomo, não filiado diretamente a nenhuma outra entidade de organização esportiva internacional para atletas com deficiência (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Os Jogos Internacionais da SOI ocorrem de 2 em 2 anos, intercalando entre Jogos de verão e inverno. Participam desses e de outros eventos da SOI indivíduos com DI e síndromes ligadas a esse grupo (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Para ser elegível ao programa, o atleta deve se classificar nas fases local, setorial, regional e nacional. Para começar a competir precisa ter, pelo menos, 8 semanas de treinamento (LEITÃO, 2002).

Na passagem de uma fase a outra, cada atleta vencedor de um grupo de classificação por habilidade concorre a um sorteio que define quem vai à outra etapa. Esse sistema é questionado, pois muitos não entendem por que não podem ir a uma nova fase se venceram suas disputas (LEITÃO, 2002).

Associado à disputa dos Jogos do Nível Mundial existe um programa de recepção dos atletas que inclui desde treinamentos até passeios turísticos pelas cidades-sede (LEITÃO, 2002).

Os primeiros Jogos Internacionais da SOI de Verão ocorreram em 1968, em Chicago, nos Estados Unidos. Já os de Inverno surgiram apenas em 1977, no Colorado, no mesmo país. O

número de participantes de cada país é definido por cotas pela SOI, com base no desenvolvimento de cada programa nacional (LEITÃO, 2002).

Embora tenha maior influência e número de eventos nos Estados Unidos, algumas edições de Jogos da SOI também ocorreram e ocorrem em outros países como, por exemplo, a Bélgica, em 1981 e a Irlanda, em 1985 (DE PAUW; GAVRON, 1995). Esses Jogos adotam regulamentos olímpicos para suas modalidades, desde que não neguem condutas próprias da SOI (KREBS, 2004).

O objetivo maior desses Jogos é preparar os atletas para a vida, utilizando o esporte como meio durante todo o ano e de forma permanente e não pontual. Tais eventos têm como premissa o fato de que sujeitos com DI têm o mesmo potencial de desenvolvimento atlético dos sujeitos sem esse tipo de deficiência. Por isso, a manifestação esportiva ligada a uma tentativa de vincular a um sentido re-significado, pois não exclui a competição, transforma o esporte em algo mais agregador e inclusivo, privilegiando e valorizando não só o vencedor, como também todos os integrantes, pelo processo de treinamento e participação. Aí reside, talvez a grande diferença entre os Jogos Paraolímpicos (ligados a um sentido oficial do esporte) e as Olimpíadas Especiais.

Seria ingenuidade negar a importância do treinamento visando a melhora de performance, principalmente devido ao fato de existirem etapas e cotas de participação nas competições (LEITÃO, 2002). Por isso, é possível afirmar que a re-significação do esporte, nesse caso, é ainda um processo em desenvolvimento, mas que se diferencia de uma forma totalmente oficial.

Nas competições da SOI não se tocam hinos nacionais, nem se hasteiam bandeiras e não há uma contagem de número de medalhas por país. É o esforço e as conquistas individuais que contam. O juramento das Olimpíadas Especiais deixa isso claro: *“Let me win. But if I cannot win, let me be brave in the attempt”* (Deixe-me vencer. Mas se eu não puder vencer, deixe-me ser bravo na tentativa) (LEITÃO, 2002).

Outra evidência que expressa o processo de re-significação do esporte se revela nos dados de Harada e Siperstein (2009), segundo os quais a maioria dos atletas norte-americanos das Olimpíadas Especiais, em nível nacional, faz parte de seus programas devido à busca por prazer e diversão. Os mesmos autores demonstram que 54% deles buscam a diversão, 21% visam fazer amizades, 13% buscam realização e empreendimento pessoal, 12% estão nas atividades por influência de outras pessoas e 10% apontam outros motivos.



Os critérios de premiação também respeitam um sentido re-significado do esporte, no qual os três primeiros colocados de cada disputa ganham medalhas, e os outros participantes recebem fitas simbolizando um prêmio de participação (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Tem-se também, como expressão deste sentido do esporte, a seleção de atletas para os jogos da SOI, que não se baseia apenas nas performances atléticas, mas também em outros critérios.

Os atletas escolhem as modalidades em que vão participar, porém, sempre dentro de seu nível de habilidade. Para que as disputas sejam niveladas e haja justiça nas participações, existe uma classificação para a participação dos atletas nesses eventos. O processo ocorre com base no nível de habilidade, idade e sexo dos participantes e não em relação ao seu grau de deficiência. Nesse sistema, a diferença de índices de resultados entre o primeiro colocado e o último não pode ser maior do que 15% (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Esse processo de classificação ocorre com base em performances anteriores ou baterias preliminares, procurando acomodar os atletas de forma que todos tenham chance de vitória (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Os grupos divididos não são denominados por números ou letras, expressando níveis. São utilizados nomes de frutas, cores, entre outros, não hierarquizando os mesmos (LEITÃO, 2002). Isso explicita um dos objetivos e princípios da SOI, de destacar as possibilidades de ação das pessoas com DI sem apontar suas limitações e dificuldades.

Embora haja propostas para profissionalização de alguns membros da SOI, a organização dos Jogos Mundiais conta com muitos voluntários, inclusive pessoas com DI que trabalham como organizadores de eventos e técnicos. A SOI não prioriza nem exige que essas pessoas tenham formação ligada a atividade física ou DI. Em termos mundiais, é grande o número de familiares e/ou voluntários sem formação específica envolvidos com a organização e o treinamento de atletas. Apenas em núcleos como o Brasil, França e Rússia, países em que a lei exige profissionais formados em Educação Física para atuarem nesta área, as pessoas com DI são maioria ou totalidade (LEITÃO, 2002). Para organizar os processos de treinamento e orientar os voluntários-treinadores, existe o “Special Olympics Skills Program Guides” (KREBS, 2004).

Nessas competições, não é cobrada nenhuma taxa de participação dos atletas, muito menos ingressos. A SOI sobrevive de fundos de doação para sua Fundação e do trabalho de seus cerca de 500.000 voluntários (LEITÃO, 2002).

A SOI detém programas nacionais pelo mundo. Cada um desses tem autonomia para seus treinamentos e competições, porém, seguindo diretrizes políticas e organizacionais específicas e padronizadas pelo órgão mundial (LEITÃO, 2002).

No Brasil existem programas de atividade física voltados ao público com DI. Como exemplo tem-se as Olimpíadas Especiais e as APAEs. O movimento das Olimpíadas Especiais no país surgiu em 1990, congregando 12 estados e o Distrito federal, sendo filiado à SOI (GORGATTI; GORGATTI, 2005) e com um programa de características próprias desvinculado da Federação Nacional das APAEs (FENAPAES) (CIDADE; FREITAS, 2002).

A Associação Olimpíadas Especiais Brasil gerencia o programa implantando coordenadorias estaduais que, desenvolvem núcleos de treinamento autônomos em relação ao treinamento e geração de recursos financeiros em seus estados, desde que de acordo com o calendário nacional. A maioria dos núcleos brasileiros encontra-se em entidades de educação especializada e todos os treinadores devem ser formados em Educação Física (LEITÃO, 2002).

### **3.1.3. O Comitê Paraolímpico Internacional e os Jogos Paraolímpicos**

Conforme já apontado no capítulo anterior, os Jogos Paraolímpicos (JP) são fruto do trabalho do Dr. Ludwig Guttmann e dos envolvidos com os Jogos Internacionais de Stoke Mandeville que, a partir de 1960, em sua 9ª edição, em Roma, ocorreu na mesma sede dos Jogos Olímpicos e passou a receber um tratamento diferenciado que deu origem aos Jogos Parolímpicos (JP). Desta forma, segundo Paciorek (2004), os Jogos que começaram como forma de terapia e re-inserção de sujeitos na sociedade, tornam-se o evento esportivo mais importante para pessoas com deficiência, cujo objetivo maior é a busca pela excelência atlética e exposição das capacidades de realização destes atletas.

Araújo (1998a) define o esporte paraolímpico atualmente como as modalidades esportivas praticadas por pessoas com deficiência, reconhecidas pelo Comitê Paraolímpico Internacional e apresentadas em eventos de sua promoção e gerenciamento.

Segundo Sherril (1999), o esporte paraolímpico refere-se a 3 critérios: Desejo de alcançar a excelência; performances com padrões próximos ao limite pessoal; igualdade no nível de competição ou próximo do mais alto nível de excelência para um evento particular, com uma classificação esportiva específica.

Isso se confirma, segundo Krebs (2004), em comparação às Olimpíadas Especiais. A autora diz que, enquanto a SOI oferece competição, treinamento e premiação a todos os participantes, independente de sua capacidade, os JP atendem apenas a atletas de elite, capazes de cumprir requisitos mínimos para sua inserção no esporte. Ou seja, é um evento aberto a sujeitos com índice de realização atlética que credencie sua participação. Além disso, os JP premiam apenas os 3 primeiros colocados em cada prova. Isso os caracteriza como uma manifestação esportiva de sentido estritamente oficial, ou seja, pautado na comparação de performances e na busca pelo campeão e excelência atlética num ambiente de alto rendimento.

Outros fatores que agregam um sentido ligado ao alto rendimento dos JP são a comercialização, as pesquisas em melhora de performance, novas tecnologias e redução de lesões, além da presença do *doping* (HOWE, 2004).

Enquanto as competições internacionais tendem a atrair grande parte da atenção da mídia, semelhante ao esporte convencional, pouquíssimos atletas com deficiência estão em condições atléticas de participar de competições no alto rendimento. A maioria desses sujeitos irá participar de eventos de pequeno porte em comunidades locais (PACIOREK, 2004).

O caráter oficial não desabona de forma alguma os JP. Pelo contrário, o esporte de alto rendimento tem seus pontos positivos e negativos, assim como o re-significado. Uma participação frustrada, assim como a elitização, são questões que o indivíduo que aceita entrar neste ambiente sabe que está sujeito a enfrentar e para isso deve estar preparado. O problema é quando atletas não preparados são inseridos no ambiente de alto rendimento ou quando o esporte oficial é a única opção de prática de uma pessoa. De acordo com Nyland (2009), os modelos de disputa das Olimpíadas Especiais e do paraolímpico devem ser respeitados e considerados como legítimos pela sociedade. Afinal, segundo Marques (2007), tanto o esporte oficial, quanto o re-significado, podem ser positivos, de acordo com a forma como são oferecidos e as expectativas, possibilidades, intenções e objetivos dos sujeitos envolvidos.

Atualmente, os JP podem ser considerados equivalentes aos Jogos Olímpicos (JO) em relação ao modelo e à participação de atletas de elite com DF, DV e DI. Ambas as versões, de verão e inverno, ocorrem de 4 em 4 anos, na mesma cidade-sede dos JO, 2 semanas após o término deste, utilizando as mesmas instalações e locais, apresentando, inclusive, muitas modalidades em comum. Podem ainda ser considerados, de acordo com Castro (2005), como o 2º maior evento esportivo do mundo. Os atletas paraolímpicos são tão atletas quanto os olímpicos.

A primeira edição dos Jogos, em 1960 incluiu os atletas com deficiência no ambiente do alto rendimento e contou com 400 participantes de 23 países, sendo deste, 230 competidores e marcou o início do envolvimento político e social de autoridades e personalidades, como o Papa João XXIII (ARAÚJO, 1998a). No mesmo período dos JP de 1964 realizados em Tóquio, Japão, foi fundada a Organização Internacional de Desportos para Deficientes (ISOD) (ARAÚJO, 1998a). Nesta edição dos Jogos pela primeira vez foi usado, de forma oficial, o termo “Paraolimpíada”, numa alusão à junção das palavras “paraplegia” e “olimpíada” (COSTA; SOUSA, 2004).

Para os JP de 1968, em Tel Aviv, Israel, foi construído o 1º complexo esportivo adaptado do mundo. Os Jogos de 1972, em Heidelberg, Alemanha, marcaram a estréia de uma delegação brasileira. Em 1976, em Toronto, Canadá, foram incluídos atletas com DV e com paralisia cerebral, acabando com a exclusividade de atletas com amputação e lesão medular nos Jogos. O Brasil conquista, neste evento, suas 2 primeiras medalhas (ARAÚJO, 1998a). No mesmo ano, devido ao aumento de participantes, propôs-se o nome de “The Oympiad for the physical disabled” (Olimpíada dos deficientes físicos) aos Jogos. A princípio negado pelo IOC (CIDADE; FREITAS, 2002), foi aceito e reconhecido apenas em 1984, nos JP de Nova York (CARVALHO, 2006; GOLD; GOLD, 2007).

Ainda em 1976, ocorreram os primeiros Jogos de Inverno, em Ornskoldrisk, Suécia. Até 1992, os Jogos de verão e inverno aconteceram no mesmo ano. (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

A partir da década de 1980, o movimento paraolímpico entrou num processo de cientificidade surgindo, então, a necessidade de implementar medidas que assegurassem as individualidades e igualdade nas competições esportivas, assim como a divisão dos atletas em classes de disputa (ARAÚJO, 1998a).

Em 1982 foi fundado o ICC (Comitê Coordenador Internacional de Organizações Esportivas para Atletas com Deficiência) através da junção dos trabalhos e atuações de federações internacionais ligadas ao esporte para pessoas com deficiência (ARAÚJO, 1998a). O ICC foi fundado para coordenar o esporte para pessoas com deficiência em nível mundial, e também para negociar com o IOC a participação destes atletas em eventos esportivos convencionais (DE PAUW; GAVRON, 1995). Este órgão organizou os JP de 1988 (verão e inverno) e colaborou na transição de informações para os Jogos de 1992 (verão), sendo este

último, com base numa nova comissão paraolímpica pautada em normas e procedimentos do ICC e do Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) (GOLD; GOLD, 2007).

Com a manutenção do termo “Jogos Paraolímpicos” o prefixo “para” acabou mudando de sentido. O que antes era ligado a “paraplegia” hoje denota a idéia de “paralelo”, “próximo” ao movimento olímpico, agregando pessoas com deficiências diversas, assim como o espírito olímpico próprio dos Jogos.

Essa mudança de sentido da palavra “paraolímpico” é sintomática em relação à mudança do sentido dos Jogos, de uma forma ligada à reabilitação para a competição pautada na alta performance dos atletas (GOLD; GOLD, 2007).

Em 1988 foram realizados os JP no mesmo local e com a mesma estrutura dos Jogos Olímpicos (JO), contando com a participação de atletas com DV e DF, o que ocorre até os dias de hoje. Os Jogos de 1988 representam um grande marco histórico, pois pela primeira vez os JP receberam *status* parecido com os JO (JORDÁN, 2006).

A partir da abertura dos JP a pessoas com diversos tipos de deficiência, o Movimento Paraolímpico tem separado os atletas em 6 grupos (COMITÊ ORGANIZADOR DO JOGOS PARAPANAMERICANOS RIO 2007, 2007): Paralisia cerebral; Lesão medular/poliomelite; Amputação; Deficiência Visual; Deficiência Intelectual; *Les autres* (sujeitos com deficiências que não se enquadram nas classificações anteriores. Por exemplo, distrofia muscular, artrite reumatóide juvenil, nanismo, entre outras).

Segundo Penafort (2001), a organização, pela mesma cidade-sede, dos JO e JP significou e ainda é um avanço em termos organizacionais, pois contribui, inclusive, para o aumento da qualidade do legado deixado à mesma pelos Jogos. Por exemplo, toda modificação que possa ser feita em relação às barreiras arquitetônicas torna-se um benefício para as próprias cidades e soma-se à evolução política da sociedade e não somente do esporte adaptado. Tais benefícios contribuem para a realização de ações previstas em lei que favorece toda a sociedade. Embora, segundo Gold e Gold (2007), tenham ocorrido na mesma cidade, os JO e JP de 1988 foram organizados por comitês distintos, porém articulados.

No final da década de 1980, o ICC mostrou-se uma aliança frágil entre as federações, não tendo uma história fácil entre 1982 e 1987. Por isso, em 1987, representantes de 39 países e 6 federações internacionais reuniram-se num seminário em Arnhem, na Holanda, para discutir o futuro do esporte paraolímpico. Decidiu-se, então, que uma nova organização internacional

deveria ser criada para representar esse público em nível mundial. Dessa forma, os membros do ICC tornaram-se parte integral da nova organização e, em 1989, em Bonn, na Alemanha, nasceu o Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) que, além de organizar o esporte, passou a ter comunicação direta e facilitada com o IOC (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Em 1989, o IPC (Comitê Paraolímpico Internacional) foi criado e designado como o representante dos princípios das organizações esportivas internacionais, num sentido oficial, para atletas com deficiência. Um de seus objetivos é a facilitação da integração do esporte adaptado com o convencional (ligado ao IOC). A mudança de foco e controle do ICC para o IPC foi símbolo de uma nova filosofia na busca da equiparação com o movimento olímpico internacional (ARAÚJO, 1998a). A criação desse órgão deu início ao surgimento de comitês paraolímpicos nacionais.

Na época de sua fundação, o IPC tinha como membros 5 Organizações esportivas (IOSD): IBSA, CP-ISRA, INAS-FMH, ISMWSF e ISOD. Nos dias de hoje, O IPC opera como organizador central de 162 comitês paraolímpicos nacionais, 5 corporações regionais, 4 organizações esportivas internacionais caracterizadas por deficiência e 13 federações internacionais de modalidades esportivas específicas. Centraliza as ações organizacionais do esporte paraolímpico, pois, antes de sua criação, este era gerenciado internacionalmente por federações esportivas representadas de maneira não muito forte politicamente pelo ICC, que tinham a responsabilidade de constituir um calendário esportivo específico (DE PAUW; GAVRON, 1995).

O IPC é administrado pela Diretoria Executiva e sua equipe, com assessoramento de 5 conselhos e 12 comitês (IPC, 2009). São missões desse órgão (IPC, 2005): garantir o crescimento e fortalecimento do movimento paraolímpico, através do desenvolvimento dos Comitês Nacionais em todos os países, e dar suporte às atividades de todos os seus membros; supervisionar e garantir a organização bem-sucedida dos JP; agir como órgão gerenciador das modalidades controladas pelo IPC, incluindo a premiação e reconhecimento de Jogos e campeonatos mundiais e regionais ligados a diferentes deficiências; promover esporte para atletas com deficiências sem discriminação política, religiosa, econômica, de deficiência, racial, gênero ou orientação sexual; dar suporte e encorajar pesquisas e atividades científicas que contribuam para o desenvolvimento e promoção do movimento paraolímpico; garantir que no movimento paraolímpico o espírito de *fair play* prevaleça, a violência seja banida, os riscos de saúde de

atletas sejam controlados e que os princípios éticos sejam atuantes; contribuir para a criação de um envolvimento esportivo livre de drogas para todos os atletas paraolímpicos, em união com a Agência Mundial Anti-doping (WADA).

Nesse processo de desenvolvimento do IPC foi criada a bandeira paraolímpica formada pelas cores azul, verde e vermelho que, segundo Castro (2005), representam a mente, o corpo e o espírito, e segundo o Comitê de organização dos Jogos Parapanamericanos Rio 2007 (2007), simboliza as cores mais encontradas em bandeiras de países de todo o mundo.

O símbolo do IPC, lançado em 2003, possui 3 “agitos” que circundam um ponto central, enfatizando o papel do IPC de reunir atletas de todo o mundo e propiciar condições para competirem (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMENRICASOS RIO 2007, 2007).

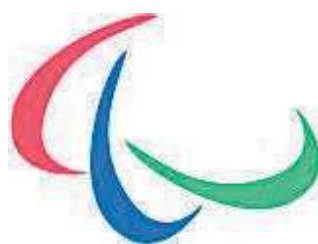


Figura 1: Símbolo do IPC.

O período entre os JP de 1988 e 1992 marcou a transição da estrutura administrativa dos JP (PEERS, 2009). Em 1992, os Jogos contaram com 3100 atletas de 24 países. Foi a última competição organizada sob tutela do ICC (ARAÚJO, 1998a). Também nesse ano os JO e JP foram gerenciados pelo mesmo comitê de organização. Esse tipo de comitê é formado pela cidade-sede dos Jogos, com a responsabilidade de prepará-los. Tanto o IOC, quanto o ICC ou IPC participaram do mesmo oferecendo suporte técnico. Em setembro de 1992, o IPC foi reconhecido pelo IOC como a principal entidade mundial do esporte para pessoas com deficiência (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Num primeiro momento, o IPC tornou-se um parceiro do Comitê Organizador dos JP de 1992. Como resultado dessa associação, tornou-se apto a exercer forte influência na direção e organização dos próximos JP (HOWE; JONES, 2006).

O IPC teve um crescimento rápido entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Isso contribuiu para estabilizar uma extensiva rede de mais de 160 nações filiadas que, em alguns casos, replicam essa forma de organização do IPC às suas organizações nacionais. Além dos JP, o IPC organiza alguns campeonatos e calendários mundiais de algumas modalidades que não possuem federações específicas e são vinculadas diretamente a este órgão (HOWE; JONES, 2006). Além disso, atua no recrutamento e desenvolvimento de atletas em todos os níveis de performance (IPC, 2005).

O IPC tem como slogan tornar os atletas com deficiência capazes de realizar esporte com excelência e inspirar e excitar o mundo. Essa idéia é ligada ao empoderamento de atletas em relação à esperança de que suas performances inspirem outros a grandes realizações. Nisso se baseia a ideologia do movimento paraolímpico (HOWE; JONES, 2006).

O lema do IPC “espírito em movimento” traduz o que o movimento paraolímpico procura alcançar. A possibilidade de atletas de todos os lugares se unirem numa mesma cena, inspirando e contagiando o mundo com suas performances (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS RIO 2007, 2007).

Os Jogos Paraolímpicos de inverno de 1994, em Lillehammer, foram os primeiros organizados sob a tutela integral do IPC (COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS PARAPANAMERICANOS RIO 2007, 2007), e a partir daí ocorrem no mesmo ano dos JO de inverno.

Com os recursos humanos das federações que o compõem (atletas, administradores voluntários e sistemas de classificação), o IPC fez dos JP o mais reconhecido e possivelmente mais influente veículo de promoção do esporte para pessoas com deficiência (HOWE; JONES, 2004).

Seguindo as tendências do esporte convencional para não-deficientes o esporte paraolímpico, durante a década de 1990, entra num processo que dura até os dias de hoje, de profissionalização e comercialização de suas práticas, sendo esse movimento uma característica do esporte contemporâneo que surge após a Guerra Fria (MARQUES et al., 2009). O IPC, seguindo uma tendência administrativa próxima ao IOC, que compreende a dinâmica do esporte do final do século XX e início do XXI, conduz o processo de mercantilização de práticas esportivas para pessoas com deficiência, o qual se fortalece principalmente através do aumento



de cobertura da mídia e da perspectiva profissional de gerenciamento de eventos e entidades (HOWE; JONES, 2004).

Assim, o esporte paraolímpico em menor escala do que o olímpico agrega valores ligados ao profissionalismo, estando sujeito aos mesmos pontos positivos e negativos desta tendência. Porém, é frágil e perigoso questionar a validade do caminho liderado pelo IPC, pois, fazendo parte do esporte contemporâneo, principalmente o esporte para pessoas com deficiência ligado ao alto rendimento, essa forma de manifestação esportiva precisa associar-se a ideais de profissionalismo e mercantilização para sobreviver e continuar crescendo.

Em 1996 foram agregados aos JP os atletas com DI que apresentam agravos leves, mas apenas como convidados vislumbrando uma participação mais efetiva em edições posteriores (ARAÚJO, 1998a). Esse convite surgiu após a ocorrência, em 1992, na cidade de Madrid, Espanha, dos 1º Jogos Paraolímpicos para Deficientes Mentais, num período próximo aos JP de Barcelona (DE PAUW; GAVRON, 1995).

A partir de 1996, em qualquer proposta de organização para jogos entre 2008 e 2014, a cidade candidata dos JO deve conter também os JP (PACIOREK, 2004). Esse prazo acabou se prolongando.

Esse processo de organização conjunta deve considerar ambos os eventos com a mesma importância, sem privilégios ou prejuízos entre eles. Logo, cidades que não possuíam tradição ou legislação específica de inclusão e adaptação para pessoas com deficiência acabavam ficando em desvantagem no processo de seleção e incorporação dos JP à sua candidatura. É o caso de Atenas, por exemplo, que sediou os Jogos em 2004. Com pouca estrutura voltada ao esporte adaptado elaborou um plano específico, a “Disabled Agenda”, para a construção de locais e formas de acesso que atendessem aos atletas com deficiência. Tais empreendimentos deveriam servir para o treinamento desse tipo de atleta no futuro. No caso de Atenas, foram necessárias grandes adaptações e medidas para sua adequação aos JP. A seleção de uma cidade-sede, no século XXI, exige não apenas a quebra de barreiras arquitetônicas, mas também uma recepção bem feita aos atletas com deficiência e à idéia de diversidade (GOLD; GOLD, 2007).

Nesse sentido, Jordán (2006) aponta uma tendência constante dos Comitês Organizadores dos JP, nos últimos anos, para o investimento em transporte público acessível às pessoas com deficiência. O que acaba sendo um importante legado às cidades-sede.

Embora a organização dos Jogos ocorra com base num mesmo comitê, Carvalho (2006) aponta que nunca se pretendeu fundir os dois Jogos, exceto num ato restrito de atletas ocorrido na década de 1990. Sempre se defendeu a preservação da identidade que é própria do esporte para pessoas com deficiência, da mesma maneira que nunca se pretendeu isolar os atletas com deficiência do esporte regular.

Nos JP de Sidney, em 2000, os atletas com DI foram incluídos de forma oficial nas modalidades basquetebol, atletismo, natação e tênis de mesa. Porém, devido a problemas de elegibilidade, ou seja, no processo de comprovação de deficiência, e a uma conseqüente fraude, um grupo foi excluído de edições posteriores dos Jogos, até que fosse criado um novo sistema de classificação, mais confiável. Essa fraude ocorreu na equipe de basquetebol masculino da Espanha, que havia conquistado a medalha de ouro com alguns atletas não-deficientes que haviam falsificado laudos e exames para participarem do evento (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

A exclusão de atletas com DI dos Jogos acaba por afastar uma grande parcela de possíveis atletas deste evento, visto que, segundo Adilson Ramos, presidente da Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais (ABDEM), durante os Jogos de Sidney 70% dos atletas com deficiência são pessoas com DI (CRAIDE, 2000).

Os Jogos marcaram também um crescimento acentuado da divulgação e do público presente nas disputas. O basquete em cadeira de rodas contou com média de 15.000 espectadores por dia durante os JP de Sidney (JORDÁN, 2006).

Em 2001, após vários anos de cooperação foi anunciado, na sede do IOC, em Lausanne, Suíça, um acordo em que o IPC e o IOC reconhecem partilharem de uma visão comum quanto ao direito de todos os seres humanos buscarem desenvolvimento físico e intelectual através do esporte. Esse acordo diz respeito a: (1) ações de apoio financeiro por parte do IOC, ao IPC; (2) troca entre as duas entidades, de representantes em comissões conjuntas; (3) zelo à organização dos JP ao obrigar que as cidades candidatas aos JO contemplem a organização dos 2 Jogos (CARVALHO, 2006).

Embora IPC e IOC trabalhem junto, o IOC ainda preserva seus direitos em relação ao logotipo olímpico (cinco anéis), sendo exclusivo. O logotipo do IPC foi originalmente criado para os JP de 1988 e transformado duas vezes, em 1994 e 2003 (GOLD; GOLD, 2007).

Esse processo de parceria não foi exatamente pontual, entre 2000 e 2006 foram assinados 4 acordos entre IPC e IOC (GOLD; GOLD, 2007):

- Outubro/2000: o acordo aproximou as duas instituições, fazendo do presidente do IPC um membro do IOC e garantindo ao IPC presença em 11 comissões do IOC, inclusive a comissão de avaliação que examina os projetos dos candidatos a cidade-sede dos Jogos. O IOC ainda repassa um subsídio de US\$ 3 milhões por ano ao IPC para desenvolvimento de projetos e ajuda a atletas;

- Junho/2001: definiu que o local-sede dos JO abrangeria também os JP num curto período de tempo após o primeiro, utilizando as mesmas instalações, estrutura e facilidades. A partir dos Jogos de 2008 e 2010, há integração total entre os comitês organizadores dos 2 eventos;

- Agosto/2003: Revisão de direitos de imagem de televisão e marketing dos JP. O IOC pagou ao IPC US\$ 9 milhões pelos Jogos de 2008 e US\$ 14 milhões pelos de 2010 e 2012;

- Junho/2006: esse acordo estendeu os anteriores até os anos 2014 e 2016, aumentando a verba para o IPC e classificando a função conjunta dos 2 comitês na organização dos Jogos.

Por tais acordos, que ajudaram e ajudam no crescimento do IPC e dos JP, não há razões, nos dias de hoje, para haver uma desvinculação entre IOC e IPC, pois isso enfraqueceria o movimento paraolímpico (SAINSBURY, 2004).

A partir dos Jogos de inverno de Salt Lake City, Estados Unidos, em 2002, que os comitês organizadores das cidades-sede passaram a trabalhar, de forma generalizada, na gerência dos JO e JP. Uma das vantagens dessa associação é a realização dos dois Jogos na mesma cidade-sede. Essa junção dependia, anteriormente, de um acordo entre IOC e IPC, do bom grado da cidade-sede e dos patrocinadores envolvidos. Entre 1964 e 1988 muitas cidades candidatas aos JO negaram a organização conjunta dos jogos, devido à maior exigência quanto à adaptação arquitetônica e de verbas complementares, principalmente após a inserção de diferentes tipos de deficiências a partir de 1976 (GOLD; GOLD, 2007).

A associação entre IOC e IPC acaba por facilitar a gerencia de ambos os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos e fortalece a perspectiva profissional dos mesmos. Com base nessa associação, ambos tomam um caráter de espetacularização mais acentuado, criando novas situações na forma de organização.

Algumas conseqüências se apresentam como fruto desse processo. Uma delas é o corte do crescimento do número de atletas nos Jogos Paraolímpicos a partir da edição de 2004, devido a certa demanda organizacional e de mídia. O limite próximo de 4000 participantes, determinado pelo IOC, visa tornar os JP um produto mais destinado ao mercado (HOWE; JONES, 2004). Essa medida baseia-se na tentativa de facilitação de algumas estratégias de venda dos Jogos, como a criação de ídolos (menos atletas com mais destaque), melhora na divulgação e valorização de resultados, menos campeões paraolímpicos (valorizando mais estes feitos).

Esse tipo de limite dificulta a entrada de novas modalidades nos JP. Para que isso corra, além de um grande jogo político favorável, é necessária a saída de alguma outra forma de disputa (COSTA, 2009b).

De todo modo, o IPC exige que, para ser incluída nos Jogos, uma nova modalidade deva ser praticada em, pelo menos, 15 países, de 3 continentes (CASTRO, 2005). Além disso, deve contar com, pelo menos, 6 atletas de 4 nações diferentes classificados, além de ter no mínimo, 10 atletas no ranking mundial do IPC. Porém, devido a divisões dos atletas em classes, nem sempre isso ocorre (HOWE, 2004). Os JP de verão de 2008, em Pequim, China, contaram com 4200 participantes, de 147 países (NYLAND, 2009).

Em 2009, a Assembléia Geral do IPC votou em favor da re-inclusão de atletas com DI a partir dos JP de Londres/2012, com base no relatório dos sistemas de avaliação e classificação da INAS-FID (Federação internacional responsável pelo esporte, num sentido oficial, para pessoas com DI). Esse relatório apresenta uma estrutura conceitual direcionada ao desenvolvimento de um sistema de critérios e elegibilidade por esporte específico, e em diretrizes para um novo código de classificação de graus de agravos, por modalidade. Para participar dos Jogos, o atleta deve se enquadrar no código e ser registrado por meio de documentos próprios da INAS-FID, não envolvendo comitês paraolímpicos nacionais (IPC, 2009).

A re-inserção dos atletas com DI será progressiva, com um número reduzido de modalidades no início, e não implicará na redução do número de participantes em outros grupos de deficiência. Dessa forma, as modalidades destinadas a esses sujeitos nos JP de Londres/2012 serão: natação, atletismo, tênis de mesa e remo (IPC, 2009). Posteriormente, outras modalidades que queiram incluir os atletas com DI deverão apresentar um código de avaliação de elegibilidade específico.

Sendo as duas expressões máximas do esporte contemporâneo, a vitória, ou a medalha, nos JO e JP deveriam ter o mesmo valor para atleta, mídia e sociedade em geral.

### **3.1.3.1. As Organizações federativas do movimento paraolímpico. Suas ligações com o IPC e as competições regionais.**

No decorrer de sua história, o movimento paraolímpico esteve vinculado a diferentes grupos organizacionais. No seu início, foi gerido pela direção dos jogos de Stoke Mandeville. Ao se transformar em Jogos Paraolímpicos, passou a ser guiado por entidades ligadas a diferentes grupos de deficiência que, em 1982 fundaram o ICC, organização que deu origem ao IPC.

O esporte paraolímpico tem estrutura organizacional parecida com o olímpico, com uma entidade “guarda-chuva” (no caso, o IPC) e outras que se filiam a ela para participarem de seus eventos e discussão (Federações Internacionais- IF, Comitês nacionais- NPC, Comitês de Organização de Jogos, Organizações Esportivas Internacionais - IOSD). Tais organizações têm e tiveram um papel fundamental na administração e desenvolvimento do esporte paraolímpico, pois, além de serem agentes diretamente ligados às transformações deste sub-campo do esporte, elas atuam nos processos de disputa por capitais específicos e econômico nesse ambiente.

As instituições esportivas funcionam como organizações de ostentação burocrática que, além de outras coisas, desenvolvem um modo de sustentar práticas pela padronização de regras, organizando, fiscalizando e regulando o esporte. Outra função social destas entidades é a distribuição de recompensas e valores externos (financeiros) à própria realização do sujeito. O IPC é um exemplo de instituição que procura bens externos através de patrocinadores, apoios, contratos de TV, entre outros (MORGAN, 2002).

Prioritariamente, a função das IOSD é de classificar os atletas em grupos de disputas e definir questões técnicas para as disputas esportivas (HOWE; JONES, 2006).

Atualmente, os principais agentes atuantes no meio esportivo para pessoas com deficiência são o IPC, as entidades organizadoras de esporte para pessoas com deficiência (IOSD), as federações Internacionais (IF), os Comitês de Organização dos JP e JO e os Comitês Nacionais (NPC) – que têm a responsabilidade de organizar a representação dos países nos JP e junto ao IPC. O nível de autoridade e responsabilidade destes comitês varia de país a país (DE PAUW; GAVRON, 1995). Por exemplo, enquanto algumas nações têm tanto Comitês Olímpicos

quanto Paraolímpicos (Brasil) como entidades independentes, outras, como os Estados Unidos, têm seu Comitê Paraolímpico alocado dentro da estrutura do Olímpico (USOC).

No caso do tipo de organização norte-americana, todos os órgãos reguladores esportivos nacionais afiliados ao USOC devem permitir a participação de atletas com deficiência em suas modalidades. Isso acabou estimulando a fusão de algumas entidades e controlando tanto o esporte convencional como o adaptado. Esse processo recebe o nome de “Integração vertical” (PACIOREK, 2004).

São entidades que alocam e organizam as ações dos sujeitos em seu espaço social, dando-lhes legitimidade e limites de atuação. Por isso, é de fundamental importância compreender seu processo de surgimento, alocação no espaço, e o modo como atuam no movimento paraolímpico.

Esse processo de exploração e busca por caracterização dos agentes atuantes no sub-campo em questão faz-se importante, pois, de acordo com a lógica de Bourdieu, para compreender as interações sociais é preciso identificar as posições e capitais em disputa no espaço em questão.

Nessa rede de relações, as IOSD e as IF são responsáveis por organizar modalidades esportivas específicas em nível internacional. Elas têm autoridade para eleger e regular eventos ligados às suas modalidades nos JP. As Federações Nacionais devem fazer parte das IOSD ou IF correspondentes a seus campos de atuação. As IOSD se definem com base em grupos com deficiências específicas, enquanto que as IF delimitam-se por modalidades esportivas. Um esporte controlado por uma não diz respeito à outra.

Em contraste com a organização olímpica, que tem órgãos que gerenciadores para os esportes específicos, na organização paraolímpica as IF também se apresentam de forma poliesportiva, se organizando, em alguns casos, por deficiência (DE PAUW; GAVRON, 1995).

As entidades de organização esportiva para pessoas com deficiência (IOSD) podem ser classificadas como monoesportivas ou poliesportivas. As poliesportivas, com função muito semelhante à de um órgão nacional regulador de esporte não convencional, oferecem treinamento e competição em diversas modalidades para pessoas com uma deficiência específica. Essas instituições representam um grupo definido por sua deficiência. Já as monoesportivas promovem a participação em uma única modalidade, abarcando diversos tipos de deficiência (PACIOREK, 2004). Independente de sua forma de organização, cada entidade organiza seus Jogos Mundiais e, a cada 4 anos, participa dos JP (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

Embora exista uma corrente de pensamento neste ambiente que defenda que o ideal para o desenvolvimento mais duradouro e pródigo do esporte adaptado seria que os mesmos órgãos responsáveis pelo esporte convencional, para não-deficientes, se tornem responsáveis pelo esporte para pessoas com deficiência, pois seria mais fácil criar um atendimento apropriado nesta estrutura, do que criar novas estruturas (ARAÚJO, 1998a), o que se observa no decorrer da história é um processo diferente, pautado na criação de organizações específicas para o esporte adaptado.

A partir do início do século XXI, nota-se uma tendência em entidades ligadas ao esporte convencional de abarcar também o esporte adaptado como, por exemplo, a Federação Internacional de Tênis de Mesa, movimento não tão intenso atualmente no Brasil. Porém, como este é um processo lento e ainda não consensual, hoje em dia as organizações esportivas apresentam um caráter heterogêneo que por vezes, pode complicar ações e dificultar trabalhos conjuntos em algumas modalidades esportivas.

A história das IOSD está diretamente vinculada com as transformações sofridas pelo movimento paraolímpico. Foram elas que organizaram os JP de 1960 a 1988 (durante este processo algumas outras entidades foram fundadas). As organizações atuais que participam deste grupo são: IBSA, CP-ISRA, IWAS, INAS-FID, todas vinculadas ao IPC. As IF (como por exemplo a WOVD e a IWBF), por sua vez, são mais novas e com campo de atuação mais restrito, normalmente ligado a uma modalidade esportiva específica, porém, ainda assim, algumas delas são filiadas ao IPC também. As modalidades esportivas que não estão vinculadas nem a alguma IOSD, nem a IF, são caracterizadas como “IPC Sports”, e são gerenciadas pelo próprio IPC.

Em 1952 foi fundada a ISMGF (Federação Internacional de Stoke Mandeville), que durante os jogos de 1988 passou a ser denominada de ISMWSF (Federação Internacional de Esportes em Cadeiras de Rodas de Stoke Mandeville). Inicialmente este órgão contemplava as pessoas com lesão medular e posteriormente passou a integrar atletas com poliomielite e amputados. Foi organizador dos Jogos Paraolímpicos de 1960.

No ano de 1964, em Paris, surgiu a ISOD (Organização Internacional de Esportes para Deficientes), com o intuito de organizar eventos esportivos para pessoas com deficiência que não eram abarcadas pelos Jogos de Stoke Mandeville. Atendia a DV, amputados e outras DF (DE PAUW; GAVRON, 1995).

As competições da ISOD começaram a causar insatisfação em alguns grupos no final da década de 1970. No início da década de 1980, houve um desmembramento em organizações diferentes para cada tipo de deficiência, quebrando a hegemonia da ISOD, através do surgimento da IBSA e CP-ISRA.

Em 1978, a CP-ISRA (Associação Internacional de Esportes e Recreação para Pessoas com Paralisia Cerebral), devido ao considerável crescimento do número de atletas, foi reconhecida pela ISOD como um órgão específico pra organizar o esporte para pessoas com paralisia cerebral. Em 1981 foi fundada, em Paris, a IBSA (Associação Internacional de Esportes para Cegos), como uma consequência ao aumento do interesse e de oportunidades de expansão de competições para atletas com DV (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Esse desmembramento surgiu devido à necessidade de processos e regras de organização específicos para cada tipo de deficiência (ARAÚJO, 1998a). Após esta dissolução, a ISOD passou a agregar apenas os atletas com amputação e o grupo *Lês autres* (distrofia muscular, esclerose múltipla, nanismo, poliomelite).

A fundação do ICC, em 1982, significou uma nova perspectiva organizacional nesse ambiente, pois este órgão tornou-se uma forma de expressão para as demais instituições (IBSA, CP-ISRA, ISMWSF e ISOD), além de simbolizar certa união de forças para a organização de JP que abarcasse diversos tipos de deficiências. Esse movimento começou em 1976, devido ao trabalho conjunto da ISOD e ISMWSF. Além disso, o ICC fortaleceu tais grupos, que assim ganharam poder de representação junto ao IOC (DE PAUW; GAVRON, 1995).

Em 1986 foi fundada, na Holanda, a INAS-FMH (Federação Internacional para Pessoas com Desvantagem Mental), com o objetivo de organizar competições para pessoas com deficiência mental. No mesmo ano, tanto o CISS, quanto a INAS-FMH uniram-se ao ICC (DE PAUW; GAVRON, 1995). O primeiro, ligado aos DA, se retirou do IPC em 1995.

Até 1992, a INAS-FMH organizou apenas campeonatos mundiais para seu público específico. Neste ano lançou, com o apoio do IPC, os jogos Paraolímpicos para pessoas com desvantagem mental, em Madrid. (DE PAUW; GAVRON, 1995). Esta IOSD foi a última a participar dos Jogos Paraolímpicos. Esteve presente apenas entre 1996 e 2000, quando foi banida. Porém, retornará em 2012. A partir do século XXI, devido a alterações na forma como as pessoas com desvantagem mental passaram a ser chamadas (pessoas com incapacidade ou deficiência intelectual - DI), a INAS-FMH mudou de nome para INAS-FID.

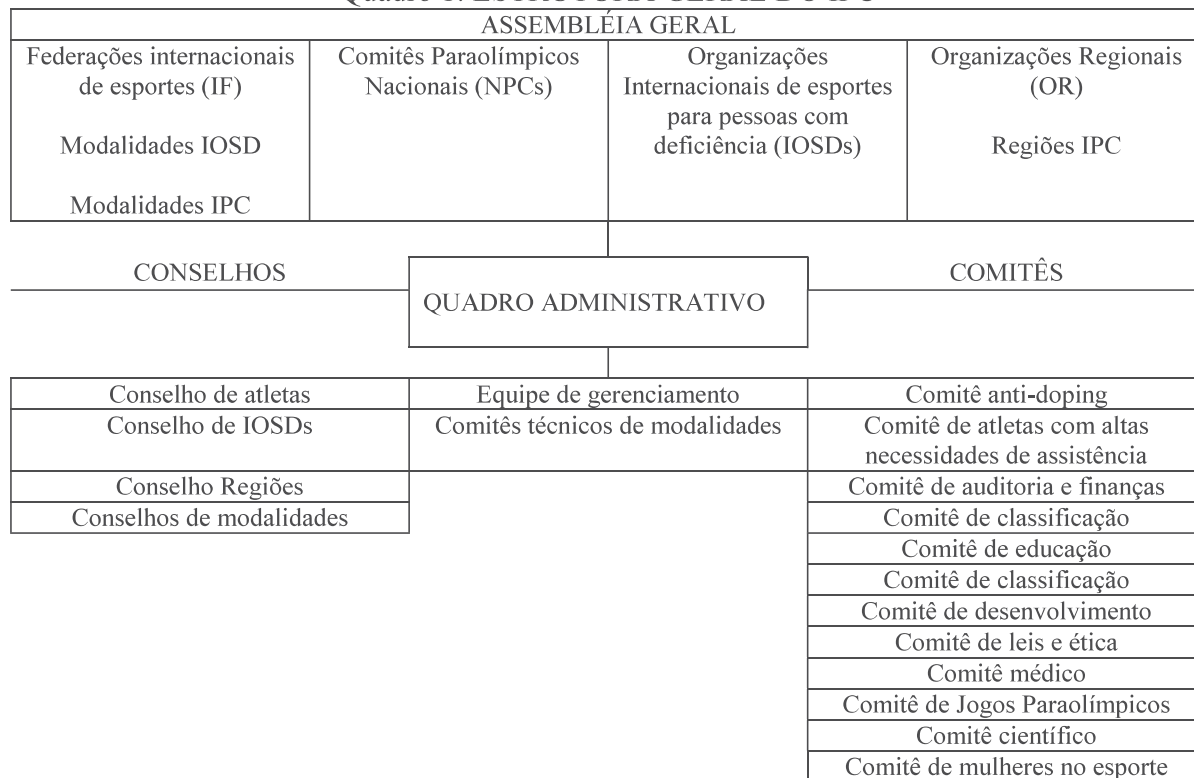


Na década de 1990, surgiram algumas federações monoesportivas ligadas não exatamente a um tipo de deficiência, mas sim, a uma modalidade esportiva. Nesse processo, as IOSD que cuidavam destas disputas tiveram que abrir mão do controle, que agora segue a autonomia dessas novas IF. Tem-se como exemplo dessas instituições a WOVD (Organização Internacional de Voleibol para pessoas com deficiência), fundada em 1992, e a IWBF (Federação Internacional de Basquetebol em cadeira de Rodas), fundada em 1993 (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

Em 2004, devido à necessidade de fortalecimento político e maior abrangência entre atletas, a ISOD e a ISMWSF se fundiram, criando a IWAS (Federação Internacional de Esportes para Amputados e Cadeirantes), e passando a englobar, de forma integrada, o esporte para seus respectivos grupos de atletas com deficiência.

Atualmente, o IPC conta como membros todos os Comitês Paraolímpicos Nacionais (NPCs) e 5 Comitês Paraolímpicos Regionais (ROs) – referentes aos continentes, 4 Organizações do esporte adaptado divididas por deficiência (IOSDs) - IBSA; IWAS; CP-ISRA; INAS-FID, Federações Internacionais (FIs) – ligadas a modalidades esportivas específicas, sendo que destas apenas os NPCs não têm direito a voto em suas decisões. Esta é a estrutura organizacional atual do IPC (IPC, 2010):

Quadro 1: ESTRUTURA GERAL DO IPC



Adaptado de IPC (2010)

Com base nas diferentes formas de organização próprias do movimento paraolímpico, surgem tanto competições em nível mundial (organizadas pelo IPC, IOSD e IF), como em âmbito regional (organizadas por federações e comitês regionais – continentais, nacionais, entre outros). Como exemplo destas competições tem-se a realização dos seguintes eventos: 1962 – I British Commonwealth Multisports Games, na Austrália (CASTRO, 2005); 1967 - I Jogos Pan-americanos para pessoas com lesão medular, amputação e poliomelite (GORGATTI; GORGATTI, 2005); 2007 – Jogos Parapanamericanos, no Rio de Janeiro. Pela primeira vez, foram organizados na mesma cidade utilizando as mesmas estruturas dos Jogos Pan-americanos convencionais (MIRANDA, 2008).

A divisão que existe na organização do esporte paraolímpico, ligada às IOSD, IF e IPC, acarreta na descentralização do poder político e econômico sobre o esporte e também no desenvolvimento de competições regionais e mundiais promovidas por entidades diferentes para uma mesma modalidade. Embora isso possa ser positivo, do ponto de vista do aumento de

oportunidades de prática, também diminui a importância dos resultados atléticos nos diferentes jogos, principalmente quando existe mais de uma versão para um mesmo nível de disputa, como os Jogos Panamericanos, por exemplo, que podem ser administrados tanto pela organização americana, quanto por IF de modalidade específica (OLIVEIRA FILHO et al, 2006).

Uma coordenação maior entre as entidades organizadoras do esporte em nível regional pode ser benéfica do ponto de vista de competições mais abrangentes, com maior valor, porém negativa se a criação de mais oportunidades e vagas de disputa ser visto como um ponto positivo da existência de tantas organizações.

Quanto às formas de financiamento, as IOSD se diversificam, em parte. Todas se sustentam com base principal nos subsídios de seus membros nacionais. A IBSA ainda conta com apoios e patrocínios (IBSA, 2010), quanto à INAS-FID, são as organizações nacionais que a subsidiam (INAS-FID, 2009), assim como a IWAS (IWAS, 2010) e a CP-ISRA (CP-ISRA, 2010).

### **3.1.2. O esporte paraolímpico no Brasil**

Diversos países, em todo o mundo, organizam-se de forma a melhor desenvolver seu esporte adaptado. Embora com estruturas organizativas sempre parecidas com as do esporte convencional, não existe um modelo único de estruturação destes órgãos.

Por exemplo, nos países escandinavos existe uma estrutura específica para o esporte adaptado. Na Alemanha, o órgão gerenciador do esporte para pessoas com deficiência é alocado dentro da Federação Alemã de Esportes (DSB), o que lhe dá parcial autonomia. Na Holanda, existe uma única federação para todas as deficiências, assim como no Reino Unido. No Canadá, a organização de esportes para atletas com deficiência é um órgão controlado pelo governo (DE PAUW; GAVRON, 1995).

No Brasil, a prática social que a atividade motora adaptada vem desenvolvendo nas duas últimas décadas aponta para duas tendências: uma voltada para a prevenção e reabilitação por meio do esporte e lazer, e outra preocupada com a formação de atletas, em diferentes modalidades esportivas adaptadas, para participação em eventos nacionais e internacionais (CARMO, 2006). Ao tratar do esporte paraolímpico brasileiro, tem-se como foco principal a segunda esfera apontada.

No Brasil, o esporte adaptado se desenvolve dentro de uma esfera diferente do esporte convencional. Enquanto em alguns países a organização é conjunta (como no caso dos Estados Unidos), no Brasil, embora haja um Ministério do Esporte que é soberano a qualquer forma de prática esportiva (exceto, até certa medida, à escolar), as entidades organizativas dessas formas de manifestação do esporte trabalham de forma separada e autônoma.

Essa divisão tem ligação com a estruturação histórica do esporte adaptado no Brasil, que se implantou num ambiente em que o modelo de organização da manifestação convencional já se encontrava sedimentada.

O esporte adaptado brasileiro começou a ser praticado por iniciativa das próprias pessoas com deficiência e dentro dos princípios de reabilitação e organização desses próprios sujeitos (ARAÚJO, 1998a).

O esporte adaptado competitivo mundial tem sua origem na reabilitação de soldados e em organizações de veteranos de guerra. O esporte adaptado brasileiro nasceu neste mesmo contexto e foi influenciado pelo modelo norte-americano ligado à formação de entidades classistas e associações em nível internacional (ARAÚJO, 1998a; GORGATTI; GORGATTI, 2005).

O Movimento Paraolímpico Brasileiro, fruto do crescimento e desenvolvimento do esporte adaptado no país, tem 3 estágios importantes em sua história, que o colocam na situação atual: Fundação de Clubes; Criação de Comissões e CPB; Lei Agnelo/Piva e crescimento como potência internacional (atual) (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

O início do movimento esportivo para pessoas com deficiência no Brasil deu-se em 1957, com apresentação da equipe de basquetebol em cadeira de rodas “Pan Jets”, dos Estados Unidos, a convite de Sérgio Seraphim Del Grande (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE (2006).

Um marco histórico inicial do esporte adaptado em nosso país, tem-se o ano de 1958, com a Fundação do Clube do Otimismo (CO), no Rio de Janeiro, e do Clube dos Paraplégicos de São Paulo (CPSP). Em 1959 houve o primeiro jogo de basquetebol em cadeira de rodas entre os dois clubes. A primeira participação internacional de atletas brasileiros ocorreu em 1960, com a viagem do Clube dos Paraplégicos de São Paulo a Roma para a disputa do I Campeonato Mundial de Basquetebol em cadeira de Rodas (ARAÚJO, 1998a).

O CPSP teve como fundador Sérgio Serafim Del Grande e o CO, Robson Sampaio. Ambos foram para os Estados Unidos e Inglaterra, sucessivamente, onde passaram por reabilitação de lesões medulares e tomaram contato com o esporte como forma de tratamento, o

que os motivou a trazer estas práticas para o Brasil. Eles trouxeram a idéia de esporte adaptado ao país depois de terem praticado modalidades em cadeira de rodas no exterior (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

Após a criação dos clubes e início das disputas, houve a necessidade de criar entidades organizativas deste tipo de esporte. A esse respeito, tem-se registros de 1959, com a fundação da federação desportiva de Surdos do Estado do Rio de Janeiro (GORGATTI; GORGATTI, 2005).

No início da implementação do esporte adaptado brasileiro as entidades organizadoras necessitavam de autonomia financeira e organizativa. Como o crescimento do esporte adaptado no Brasil deveu-se ao trabalho conjunto de ONG's, decretos-lei e interesses políticos, seu início foi pautado em certa fragilidade estrutural das organizações, por isso, a participação de atletas em competições internacionais era bastante difícil, quase inviável (ARAÚJO, 1998a). Porém, mesmo sem uma política específica e apoios institucionais, a primeira participação brasileira em Jogos Paraolímpicos deu-se em 1972.

É na década de 1970 que o esporte adaptado nacional começa a dar sinais de crescimento, com bons resultados internacionais (medalhas nos JP de 1976) e a criação de entidades organizativas (ANDE, juntamente com o Conselho Nacional de Desporto - CND) (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004). A Lei 6.251/75, que regulava o CND delineou a forma como as entidades organizativas esportivas foram criadas no Brasil (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

Durante os anos de 1976 e 1981, houve mobilização (ligada à busca por melhoria das condições de atendimento a pessoas com deficiência, como consequência da resolução 31/123 da ONU, de 1976) de segmentos públicos e privados, com o objetivo de estabelecer um processo de conscientização e envolvimento em níveis internacional, nacional, regional e local. Nesse período, não havia um órgão governamental nem legislação específica para a Educação Física e o esporte adaptado no Brasil. Tais atividades eram ligadas ao CENESP (Centro Nacional de Educação Especial – um órgão do governo federal), embora suas atividades estivessem pautadas, de forma geral, à educação especial (ARAÚJO, 1998a).

Devido, principalmente ao Ano Internacional das Pessoas com deficiência, 1981, a década de 1980 foi marcada também, no Brasil, pela preocupação com a formação de professores e profissionais especializados na área de Atividade Física Adaptada (CASTRO, 2005). Como

consequência disso é possível afirmar que no século XXI haverá um mercado aberto no esporte adaptado para o profissional especializado nesse campo (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004).

As ações de institucionalização do esporte adaptado brasileiro acabaram por canalizar formas e meios de discussão em torno dos problemas que envolvem as pessoas com deficiência como um todo (ARAÚJO, 1998a).

Araújo (1998a, p.35) defende que somente na segunda metade da década de 1980 é que o governo federal passou a se preocupar com o segmento ligado ao esporte adaptado. O mesmo autor aponta o processo de institucionalização do esporte adaptado no Brasil entre a década de 1980 e final de 1990, que, segundo ele, se baseou em ações governamentais pontuais e não numa política pública específica:

- Congressos Brasileiros do Esporte para Todos (EPT) em 1982, 1984 e 1986 – apresentaram-se como um espaço aberto para apresentação de trabalhos desenvolvidos com pessoas com deficiência, que, em sua maioria, eram ligados a sujeitos com DI;

- Projeto Integrado Secretaria Nacional de Educação e Desporto (SEED/Ministério da Educação - MEC) e CENESP – 1984-1985 – busca por articulação política e desenvolvimento de um programa de Educação Física e esportes para o público com deficiência, em nível federal. Além de estudos das condições em que essas pessoas eram atendidas. Ação esta motivada pela presença marcante desta área de trabalho nos Congressos do EPT – Como resultado deste projeto, tem-se a criação de cursos formadores de profissionais voltados à área de Educação Física para pessoas com deficiência;

- Plano nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente, entre 1985 e 1990 (Plano de ações, no sentido da integração da pessoa com deficiência, durante o governo de José Sarney) e a criação da Coordenadoria para a Integração da Pessoa Deficiente – CORDE, um órgão federal ligado à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Além disso, foi apresentado um Plano de Ações de 89 itens ligados ao desenvolvimento científico, técnico e formativo na área de Educação Física e esportes adaptados;

- Plano Plurianual, entre 1991 e 1995 (Plano Geral de esporte do Governo Collor) – Aplicado após a criação, em 1990, da Secretaria de Desportos, órgão pertencente à estrutura organizacional do governo (SEDES). Nele, existia um departamento voltado à pessoa com deficiência que estabeleceu programas ligados a Educação Física especial e esportes adaptados.

Com a entrada do governo de Itamar Franco, a Secretaria foi transferida para o MEC (Ministério da Educação), continuando com ações sobre o esporte adaptado.

Em 1997, a CORDE foi transferida para a Secretaria dos Direitos da Cidadania, do Ministério da Justiça, o que enfraqueceu muito suas ações (ARAÚJO, 1998a). Entre 1996 e 1999, foi desenvolvida a proposta geral para o esporte nacional, do IDESP (Instituto Nacional de desenvolvimento do Desporto), que incluía o atendimento a pessoas com deficiência (ARAÚJO, 1998a).

É importante destacar que, durante este processo, em 1988, devido a impossibilidade legal para fundação do CPB pela constituição vigente (1975), foi formada pela CORDE a Comissão Paradesportiva Brasileira, composta por representantes do governo federal, SEED/MEC e CORDE, além dos presidentes das associações de organização esportiva adaptada, para organizar a participação do Brasil nos JP de 1988, em Seul (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

Com a promulgação da Constituição de 1988 (que ainda estabelece que é dever do Estado fomentar práticas esportivas como direito de todo cidadão, o que intensifica sua responsabilidade em envolvimento em programas de desenvolvimento esportivo) e a mudança nas leis esportivas, foi criado em 1990 o Departamento de Desportos para Pessoas Portadoras de Deficiência (DEPED), órgão da SEDES. Em 1991, foram incluídos no orçamento desta organização, pela primeira vez, recursos específicos para o esporte adaptado (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

Um exemplo da ação do poder público brasileiro em relação ao fortalecimento do esporte adaptado é a inserção de provas para pessoas com deficiência nos Jogos Abertos do Interior do Estado de São Paulo no ano 2000 (PENAFORT, 2001).

O processo de institucionalização do esporte adaptado no Brasil envolveu também o surgimento de entidades organizadoras do esporte no país. Como o Brasil mantém um modelo organizativo semelhante à estrutura de gerência internacional do esporte adaptado, as entidades brasileiras têm procurado trilhar caminhos estabelecidos por órgãos internacionais, seja incorporando as orientações, seja buscando acompanhar as evoluções nos diferentes campos de conhecimento que esta área envolve (ARAÚJO, 1998a).

Embora filiadas ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, as entidades têm certa autonomia organizativa e podem coordenar e avaliar a participação de atletas brasileiros em competições internacionais ligadas às suas modalidades ou deficiências (VAZ, 2001).

Tem-se como entidades organizativas do esporte adaptado no Brasil:

- FENAPAES: Federação nacional das APAE's. Fundada em 1962, órgão voltado atualmente apenas ao atendimento e desenvolvimento de pessoas com DI. Até 1981, englobava em seus eventos esportivos também DV e DA. Não é vinculada a nenhuma outra instituição esportiva brasileira e realiza seus eventos de forma independente;

- Associação Olimpíadas Especiais Brasil: Criada em 1990. É o órgão que organiza as Olimpíadas Especiais no país, além de estabelecer o contato com a SOI.

- CBDS: Confederação Brasileira de Desportos para Surdos. Criada em 1984, órgão filiado ao CISS. Era membro do CPB em sua criação, porém não faz mais parte deste órgão. Mas o início do esporte para pessoas com DA no Brasil é anterior, deu-se em 1957, com base no Instituto Nacional de Educação de Surdos.

- ANDE: Associação Nacional do Desporto para Deficientes. Primeira associação de dirigentes de esporte adaptado no país, fundada em 1975. No início cuidava do esporte para todas as deficiências, até a década de 1980, quando houve o surgimento de outras entidades e a separação de alguns grupos. Atualmente organiza a participação de atletas com paralisia cerebral e o grupo *Les autres*. Internacionalmente é filiada à CP-ISRA;

- CBDC: Confederação Brasileira de Desporto para Cegos. Fundada em 1984 como Associação Brasileira de Desporto para Cegos, foi transformada em Confederação em 2005 e teve suas atividades encerradas em 2009. Congregava clubes e associações regionais de todos os estados brasileiros. Era filiada à IBSA. Com seu fechamento, as modalidades das quais cuidava ficaram a cargo do CPB.

- ABDF: Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Físicos. Fundada em 1990, é herdeira da ABDA (Associação Brasileira Desportos para Amputados). É filiada à IWAS.

- ABDEM: Associação Brasileira de Desportos para Deficientes Mentais, fundada em 1989 e desvinculada da APAE em 1995 e filiada à INAS-FID. Também não tem vínculo com a SOI Brasil.

- CBBC: Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas. Surgiu a partir de desvinculação desta modalidade da ABRADDECAR (Associação Brasileira de Desporto



em cadeira de Rodas), em 1996. Com o fim desta segunda entidade no início do século XXI, devido à sua desfiliação da IWAS e CPB, além de enfraquecimento político, as demais modalidades envolvidas com a mesma passaram aos cuidados do CPB.

- CBTMA: Confederação de Tênis de Mesa Adaptado: Fundada em 2001, segue o mesmo processo da CBBC.

- ABVP: Associação Brasileira de Voleibol Paraolímpico. Fundada em 2003.

- CPB: Comitê Paraolímpico Brasileiro. Fundado em 1995, a partir de ações conjuntas da ABDEM, ANDE, ABDC e ABDA. É filiado ao IPC. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e patrimônio próprio, com duração e tempo indeterminado. Atende às solicitações do IPC e é o elo de ligação entre associações, governo, instituições internacionais e iniciativa privada dispostas a incentivar e investir no esporte para pessoas com deficiência. O CPB tem como afiliados as associações e confederações dirigentes do esporte adaptado para pessoas com DV, DI e DF em nível nacional. Porém, não envolve todos os tipos de deficiência, como por exemplo, as atividades das pessoas com DA, da FENAPAES e as Olimpíadas Especiais. O CPB não contempla todas as formas de manifestação do esporte adaptado, destinando seus esforços ao esporte paraolímpico de alto rendimento em nível nacional e internacional.

O CPB surgiu com base na união de associações ligadas ao esporte adaptado e foi precedido por comissões que organizaram a participação do Brasil nos JP de 1988 e 1992. A concepção deste Comitê surgiu da necessidade de centralizar as informações e meios de comunicação esportivas, e principalmente pela exigência do IPC de se relacionar com apenas um órgão em cada país (PENAFORT, 2001). Um ano depois de sua fundação, o CPB organizou os I Jogos Brasileiros de Paradesporto, em Goiânia (CPB, 2009a). As modalidades que não estão vinculadas a nenhuma das associações descritas são geridas pelo CPB.

O CPB ainda realiza eventos esportivos em âmbito nacional, ligados ao seu calendário próprio. E emite sua chancela em eventos de associações filiadas a ele. Isso possibilita a classificação de atletas para competições internacionais e seleções brasileiras (VAZ, 2001).

A primeira vez que uma pessoa com deficiência assumiu o comando da presidência do CPB foi em 2001, o ex-atleta paraolímpico Vital Severino Neto, com DV desde a infância. Em 2002, o CPB foi transferido do Rio de Janeiro para Brasília, com o objetivo de facilitar contatos políticos (CPB, 2009a).

Os objetivos do CPB são (CPB, 2009a):

- **Gerais:** Consolidar o Movimento Paraolímpico Brasileiro, visando o pleno desenvolvimento e difusão do esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência no Brasil;
  
- **Promocionais:** Aumentar a visibilidade do Movimento Paraolímpico no Brasil; Facilitar a divulgação e comercialização do Movimento Paraolímpico para a conquista e fidelização de clientes; implantar um programa de Licenciamento do Movimento Paraolímpico no Brasil.
  
- **Técnicos:** Subsídios técnico-científico às equipes representantes do Brasil; criação de ranking nacional de atletas; padronização de métodos e instrumentos de avaliação de performance de atletas; fomentar competição no país na busca por novos talentos; estimular a participação brasileira em competições internacionais; capacitar profissionais; planejar e atuar na aposentadoria e período pós-carreira de atletas, ajudando na capacitação profissional; elaborar um calendário para o Movimento Paraolímpico Brasileiro; padronizar instrumentos de gerência de associações e clubes paraolímpicos.

A criação do CPB não apenas reformulou a estrutura do esporte paraolímpico no Brasil, como também a forma ideológica como era visto o esporte para pessoas com deficiência, ganhando um aspecto mais organizado e profissional. A atuação deste órgão mudou o rumo do esporte adaptado brasileiro que, de um sentido apenas ligado à participação, passou para o de competição e excelência em resultados (MELLO, 2001).

Com base nestas informações, tem-se que a estrutura do esporte paraolímpico brasileiro é semelhante à do esporte olímpico. A diferença é que as associações nacionais que representam os atletas paraolímpicos são formadas, em sua maioria, em função do tipo de deficiência e não de uma modalidade específica (COSTA; SOUZA, 2004). E podem ser classificadas como poliesportivas.

Embora exista uma estrutura internacional voltada à organização do esporte adaptado e o Brasil, além de fazer parte dela, ainda adota o mesmo modelo para sua organização interna, da

mesma maneira existem propostas para unificação de entidades em nível internacional, no país, autores como Araújo (1998a) propõem que a centralização de processos e funções seria benéfica para o esporte.

Esse discurso é fortalecido por Penafort (2001), que aponta a aproximação entre associações do esporte adaptado entre si, e com as do esporte convencional, fazem-se interessantes, ocorrendo barateamento de eventos, uma maior massificação do esporte adaptado, facilitação da aproximação entre esporte adaptado e Estado, e uso da estrutura já conquistada pelo esporte convencional, por parte da prática para pessoas com deficiência.

Da mesma forma como acontece em âmbito internacional nota-se no Brasil profundas transformações e transmutações de entidades organizativas do esporte. Por exemplo, tem-se a associação da ISMWSF com a ISOD para a formação da IWAS, em nível mundial, e o fim da ABRADACAR, com surgimento de federações monoesportivas no Brasil, como no caso da Confederação Brasileira de Basquete em Cadeira de Rodas. Para Vaz (2001), esse movimento de fortalecimento de entidades monoesportivas enriquece a modalidade, possibilitando melhor participação de atletas e aumento do número de eventos específicos.

É importante citar também a existência no país, mais uma vez acompanhando movimentos internacionais, de associações voltadas tanto ao esporte convencional, como ao adaptado. Um exemplo é o departamento de tênis de campo adaptado dentro da CBT (Confederação Brasileira de Tênis).

Com base na teoria de Bourdieu, pode-se compreender tal fato pela necessidade de fortalecimento (ascensão na escala social) de algumas entidades ou agentes e a criação de novos órgãos, como a ferramenta encontrada para a entrada do “novo” no sub-campo, em detrimento das formas de distribuição de capital do “velho” representado pelas entidades extintas. Além disso, expressa a relativa autonomia do sub-campo no país, visto o seguimento de uma mesma tendência internacional.

Pode-se observar ainda que, embora haja propostas num sentido de centralização do poder organizativo do esporte adaptado, e conseqüente redução do número de entidades, a cada dia surgem novas organizações com poderes de decisão, descentralizando a distribuição de capital no campo.

Durante o início do século XXI ainda é possível notar algumas mudanças em relação à política de esporte adaptado no Brasil que facilitaram a ação de entidades ligadas a este

fenômeno, principalmente à atuação do CPB, e inauguraram a terceira fase histórica do esporte adaptado no país.

Esse novo período, que dura até hoje, caracteriza-se pelo aumento da profissionalização do esporte olímpico e paraolímpico, maior autonomia financeira e ações ligadas ao crescimento do país como potência esportiva.

São pilares desta transição a criação de leis que promoveram a organização do esporte paraolímpico no Brasil, maiores recursos financeiros e, conseqüentemente, maior capacidade de realização.

A Lei Agnelo/Piva, sancionada em 16 de julho de 2001, conhecida por esse nome por causa de seus autores, o então Senador Pedro Piva (PSDB-SP) e o então Deputado Federal Agnelo Queiroz (PC do B-DF), estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do país sejam repassadas ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB). Do total destes recursos, 85% são destinados ao COB e 15%, ao CPB (BRASIL, 2004a). A partir da Medida Provisória nº 502, de 20 de setembro de 2010, o repasse desses valores às confederações e federações ocorrerá com base em contratos firmados entre COB, CPB e esses órgãos, que determinarão as metas a serem cumpridas, em contrapartida ao valor recebido (BRASIL, 2010b).

É esta a maior fonte de verba do CPB atualmente, juntamente com o patrocínio das Loterias da Caixa Econômica Federal, cuja parte da arrecadação é destinada ao CPB e COB (COSTA, 2009a). Segundo a Revista Época (2008), o CPB recebe cerca de R\$ 15 milhões de patrocínio das Loterias da Caixa. O COB, R\$ 80 milhões e para os JP de 2008, o CPB recebeu R\$ 2 milhões da Cosipa como patrocínio.

A vantagem dessa legislação é que, pela primeira vez, o CPB passou a contar com verba fixa e, a partir daí pôde planejar suas ações com mais tranqüilidade e a médio e longo prazo (GORGATTI; GORGATTI, 2005). Esta lei tem permitido a formulação e o desenvolvimento de um planejamento estratégico para a consolidação e expansão do movimento paraolímpico no país (CONDE; SOUZA SOBRINHO; SENATORE, 2006).

No início do governo do presidente Luiz Inácio da Silva, no ano de 2003, foi criado, pela medida provisória nº 103, o Ministério do Esporte, com o objetivo de formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano (BRASIL, 2004c).

No ano de 2004, foi realizada a I Conferência Nacional do Esporte, com o objetivo de aprovar uma política de esporte e lazer com foco na inclusão social. E desse encontro surgiu a proposta de criação do Sistema Nacional de Esporte, com eixos em políticas nacionais de gestão participativa e controle social, de recursos humanos e de financiamento. Um sistema descentralizado e regionalizado, baseado em discussões e solicitações que tiveram como base as fases municipal, estadual e federal, na tentativa de abarcar necessidades e princípios do esporte em todo o país (BRASIL, 2004c).

São princípios do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer (BRASIL, 2004c): o projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa sociedade; o reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais; a inclusão social compreendida como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer espécie; a gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos.

Suas diretrizes são (BRASIL, 2004c): descentralização da política esportiva e de lazer; gestão participativa; universalização do acesso; controle social da gestão pública; desenvolvimento da nação; integração étnica, racial, socioeconômica, religiosa, de gênero e de pessoas com deficiência e com necessidade especial de qualquer natureza; desenvolvimento humano e promoção da inclusão social.

E seus objetivos (BRASIL, 2004c): promover a cidadania esportiva e de lazer na sua dimensão científica, política e tecnológica, com ênfase nas pesquisas referenciadas socialmente; democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira; descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e lazer; detectar e desenvolver talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas com e sem deficiência de rendimento; fomentar a prática do esporte educacional e de participação para toda a população, e fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos.

Este sistema foi um importante passo referente à política pública de esportes no país, pois garantiu formas de financiamento e gerenciamento esportivo afetando, inclusive, o esporte paraolímpico.

Outro benefício legal destinado a atletas no Brasil, que acabou afetando positivamente o grupo paraolímpico é a bolsa-atleta instituída pela Lei 10.891, de 2004, destinada aos atletas praticantes do desporto de rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas, bem como naquelas modalidades vinculadas ao Comitê Olímpico Internacional – IOC e ao Comitê Paraolímpico Internacional - IPC.

Essa bolsa visa permitir o sustento mínimo de atletas de alto rendimento para que possam se dedicar exclusivamente a seu treinamento e participação em competições, desenvolvendo assim suas carreiras esportivas (FLORENCE, 2009). É uma facilitação ao atleta, porém seus valores, principalmente em nível nacional, não representam exatamente um salário, mas sim, como cita a autora acima, uma ajuda de custo.

A concessão da Bolsa-Atleta não gera qualquer vínculo empregatício entre os atletas beneficiados e a administração pública federal. Originalmente, para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta, o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos (BRASIL, 2004b): I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas Atleta Nacional, Atleta Internacional Olímpico e Paraolímpico, e possuir idade mínima de 12 (doze) anos para a obtenção da Bolsa-Atleta Estudantil; II - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva, exceto os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil; III – estar em plena atividade esportiva; IV – não receber qualquer tipo de patrocínio de pessoas jurídicas, públicas ou privadas, entendendo-se por patrocínio todo e qualquer valor pecuniário eventual ou regular diverso do salário; V – não receber salário de entidade de prática desportiva; VI – ter participado de competição esportiva em âmbito nacional e/ou no exterior no ano imediatamente anterior àquele em que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta; VII – estar regularmente matriculado em instituição de ensino público ou privado, sendo esta exigência exclusiva para os atletas que pleitearem a Bolsa-Atleta Estudantil.

As Bolsas-Atleta são concedidas pelo Governo Federal pelo prazo de 1 (um) ano, configurando 12 (doze) recebimentos mensais. Os atletas que já receberem o benefício e conquistarem medalhas nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos serão indicados automaticamente para renovação das suas respectivas bolsas. Existem 4 categorias de atletas para recebimento da bolsa, com valores específicos, aumentando conforme o nível (BRASIL, 2004b):

- **Estudantil:** Atletas a partir de 12 (doze) anos de idade, participantes dos jogos estudantis organizados pelo Ministério do Esporte, tendo obtido até a 3ª (terceira) colocação nas

modalidades individuais ou que tenham sido selecionados entre os 24 (vinte e quatro) melhores atletas das modalidades coletivas dos referidos eventos e que continuem a treinar para futuras competições nacionais – Valor R\$ 300,00;

- **Nacional:** Atletas que tenham participado do evento máximo da temporada nacional e/ou que integrem o ranking nacional da modalidade, em ambas as situações, tendo obtido até a terceira colocação, e que continuem a treinar para futuras competições nacionais. As indicações terão necessariamente os respectivos avais das entidades regionais de administração do desporto (federações) e das entidades nacionais do desporto (confederações) – Valor R\$ 750,00;

- **Internacional:** Atletas que tenham integrado a seleção nacional de sua modalidade esportiva representando o Brasil em Campeonatos Sul-americanos, Pan-americanos ou Mundiais obtendo até a terceira colocação, e que continuem a treinar para futuras competições internacionais. As indicações terão necessariamente os respectivos avais das entidades nacionais do desporto (confederações) – Valor R\$ 1.500,00;

- **Olímpico e Paraolímpico:** Atletas que tenham integrado as Delegações Olímpica e Paraolímpica Brasileira de sua modalidade esportiva e que continuem treinando para futuras competições internacionais - Valor R\$ 2.500,00.

Do ponto de vista dos atletas, em relação a estas formas de apoio financeiro, Florence (2009) expõe dados relativos a 18 brasileiros campeões paraolímpicos nos JP de 2004, em Atenas. De maneira geral, os atletas apontam que esse suporte só acontece mediante grandes conquistas de resultados e sua manutenção, e que em sua maioria vivem com os ganhos da Bolsa-Atleta. Isso faz com que alguns deles trabalhem de forma paralela e desvinculada do esporte, com medo do fim do apoio financeiro.

A questão financeira destes atletas apresenta com os seguintes aspectos: escassez do apoio financeiro privado e instabilidade do apoio governamental, o que dificulta a presença da prática esportiva como sua única atividade cotidiana. Mesmo assim, todos vêm com bons olhos esse processo, visto que ser pago como atleta transforma seu modo de se relacionar com a sociedade, dando-lhe mais autonomia e papel importante inclusive em sua família (FLORENCE, 2009). Ou seja, é possível que o esporte de alto rendimento seja uma das inúmeras vias de contribuição para a inclusão social. Embora isso aconteça apenas com a minoria dos atletas.

Porém, em 20 de setembro de 2010, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assinou a Medida Provisória do Esporte de Alto Rendimento, nº 502, na qual estabelece algumas alterações frente ao Programa Bolsa Atleta, Lei Agnelo/Piva e Rede Nacional de Treinamento.

Quanto ao Bolsa Atleta, este documento cria duas novas categorias: Esporte de Base e Atleta Pódio.

O Esporte de base visa suprir as necessidades da categoria Estudantil e não contempla esportistas de destaques em categorias iniciantes de todas as modalidades olímpicas. Há casos de modalidades, como tiro esportivo, por exemplo, que o atleta de base já passou da idade de receber a Bolsa Estudantil. O valor mensal do benefício será de R\$ 370,00 (BRASIL, 2010b).

Quanto ao Atleta Pódio, este será beneficiado com bolsa de até 15 mil reais mensais, atletas de modalidades olímpicas e paraolímpicas individuais. Para ter direito ao benefício, os desportistas devem estar entre os 20 melhores do mundo em sua prova, segundo ranqueamento oficial da entidade internacional da modalidade. Além disso, eles deverão ser indicados pelas respectivas confederações, COB ou CPB e pelo Ministério do Esporte. Nesse novo sistema, os atletas são beneficiados por um ciclo olímpico, ou paraolímpico, completo. Podendo, inclusive no caso de já ter contrato de patrocínio, ter o benefício por parte do Governo Federal (BRASIL, 2010b).

Outra mudança é o reajuste dos valores da Bolsa Atleta como um todo. A categoria Estudantil passará de R\$ 300,00 para R\$ 370,00; a Nacional passa de R\$ 750,00 para R\$ 925,00; a Internacional passa de R\$ 1.500,00 para R\$ 1.850,00; e Olímpica/Paraolímpica passará de R\$ 2.500,00 para R\$ 3.100,00 mil. Além disso, os valores serão reajustados anualmente por um indexador que será definido na regulamentação da lei (BRASIL, 2010b).

Além disso, a partir de 2011, será feita a exigência de exames antidoping no atleta beneficiário do Ministério do Esporte (BRASIL, 2010b).

No ano de 2006, foi realizada a II Conferência Nacional do Esporte, baseada na mesma estrutura da anterior, com o objetivo de criar o Sistema Nacional de Esportes adequado às necessidades reais do país, com base em reflexões sobre a aplicação do mesmo. Uma de suas propostas foi o encaminhamento da Lei de Incentivo Fiscal (BRASIL, 2007).

Conseqüentemente, no mesmo ano, outro avanço em relação ao financiamento e geração de recursos para o esporte no país entrou em vigor com a promulgação da Lei do Incentivo fiscal, sob o nº 11.438, em dezembro de 2006. Esta lei prevê que de 2007 a 2015 poderão ser deduzidos



do imposto de renda devido, os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos do esporte convencional e adaptado, previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. Pessoas físicas poderão doar ou usar como patrocínio até 6% do imposto devido, e as pessoas jurídicas – empresas, clubes sociais, entidades de classe, entre outros –, até 4% (BRASIL, 2006).

Os beneficiários poderão tratar de qualquer uma das formas de manifestação legais do esporte: alto rendimento, participação, educacional. É vedada a utilização dos recursos oriundos dos incentivos previstos nesta Lei para o pagamento de remuneração de atletas profissionais, nos termos da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, em qualquer modalidade desportiva (BRASIL, 2006). Essa lei beneficia não somente o CPB, mas também, e principalmente, atletas e entidades esportivas que passam a ter maior oferta de patrocínio e apoios financeiros.

Com o apoio de tais formas de financiamento, implantadas após os JP de Sidney/2000, foi criada a Equipe Paraolímpica Permanente (EPP), composta por técnicos, atletas e guias. A seleção dos atletas se faz com base em resultados técnicos anteriores e avaliações em centros de excelência esportiva (CASTRO, 2005). Essa iniciativa possibilita, até hoje, uma preparação mais adequada aos atletas paraolímpicos brasileiros.

Em junho de 2010, foi realizada a III Conferência Nacional do Esporte, com o tema “Plano decenal do esporte e lazer – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”. Através de debates, seguindo a mesma estrutura das outras conferências, foram realizadas propostas para contribuir com a elevação do padrão esportivo positivo do Brasil e tornar o esporte e lazer fatores que venham a impulsionar o país no cenário internacional. Este tema deriva, principalmente, das eleições do Brasil como sede das Copas do Mundo de Futebol de 2014 e JO e JP de 2016, e a busca por resultados esportivos expressivos em nível internacional (BRASIL, 2009). Como resultado deste encontro, tem-se propostas de mudanças ou inserções à Política Nacional de Esportes, ligadas à melhoria do esporte brasileiro como um todo, especialmente aquele ligado ao alto rendimento.

Quanto a esta categoria específica, tem-se como proposta de ação a Promoção de eventos esportivos com ênfase na divulgação de mídia nas categorias de base. E como metas provenientes desta edição da Conferência (BRASIL, 2010a): criação de políticas de transmissão e divulgação proporcionais às categorias de alto rendimento e categorias de base nas modalidades olímpicas, paraolímpicas e não olímpicas; criar uma rede nacional pública em canal aberto para a promoção

de modalidades olímpicas, paraolímpicas e não olímpicas; realizar eventos esportivos e paradesportivos com maior frequência em todos os níveis de governo, selecionar novos talentos e divulgar através da mídia os eventos e resultados; estipular cotas mínimas de transmissão e divulgação de eventos esportivos de todas as modalidades olímpicas, paraolímpicas e não olímpicas nos meios de comunicação subsidiados pelo governo, com as devidas condições de acessibilidade.

Costa (2009b), em palestra proferida no III Congresso de Ciência do Desporto, na Universidade Estadual de Campinas, em 2009, apontou algumas intenções de realização do CPB, visando o crescimento do esporte paraolímpico no Brasil: manutenção de equipes permanentes; criação de cargo de técnico nacional de modalidades permanentes; criação de cargo de coordenador técnico de modalidades; criação de centros de treinamento; busca da continuidade do Circuito Brasil Paraolímpico Caixa de Atletismo e Natação nas 5 regiões do país; Intercâmbios internacionais de técnicos e atletas; manter uma equipe de avaliação física por modalidade; investir na aquisição de equipamentos e tecnologia; Investimento na equipe de classificadores funcionais, pois a classificação no Brasil ocorre, às vezes, de forma diferente dos processos internacionais.

Embora seja uma realidade incontestável, o esporte paraolímpico no Brasil encontra sérias dificuldades para seu crescimento: problemas como infra-estrutura dos clubes e associações de esportes, locais não apropriados, materiais e equipamentos inadequados, pouca conscientização das próprias pessoas com deficiência e suas famílias sobre a importância do esporte como fator de auxílio na vida social e a falta de profissionais habilitados e preparados para atuarem com esse público, principalmente no que diz respeito a avaliação e metodologia de treinamento (COSTA 2009a).

Em contrapartida, a cada evento internacional o Brasil tem apresentado melhores resultados. O investimento tem aumentado, sendo a maioria os investidores ligados a órgãos do governo, ou empresas estatais, como a Petrobrás, Caixa Econômica Federal, Fundação Banco do Brasil, entre outros. Porém, a maioria do investimento do governo se coloca, até 1998, no esporte de alto rendimento (ARAÚJO, 1998a). Isso possibilita facilidades para ascensões técnicas, como a vivida pelo esporte paraolímpico brasileiro.

O Brasil tem estado na elite dos JP de verão, ficando entre os 10 primeiros colocados no quadro de medalhas na edição de 2008, em Pequim, China. Isso é consequência tanto de um

aumento no número de atletas da delegação brasileira nos Jogos, 188 (4ª maior delegação de todo o mundo, atrás apenas de Estados Unidos, China e Grã-bretanha), quanto do número de provas disputadas pelo país (17, das 20 oferecidas) e de uma notável ascensão técnica, acompanhada de ações administrativas e organizacionais (COSTA, 2009a).

O Brasil, junto com alguns países como a Ucrânia, tem dado grande importância a atletas paraolímpicos e sua preparação. Segue abaixo tabela demonstrativa da evolução das delegações brasileiras, em termos de resultados, nos últimos JP (COSTA, 2009a, p. 2):

Tabela 1: Quadro de medalhas do Brasil em Jogos Paraolímpicos de Verão recentes.

JOGOS PARAOLÍMPICOS	DELEGAÇÃO GERAL	NÚMERO DE ATLETAS	CLASSIFICAÇÃO GERAL	NÚMERO DE MEDALHAS			
				ouro	prata	bronze	total
ATLANTA, 1996	98	59	37°	2	6	13	21
SIDNEY, 2000	104	63	24°	6	10	6	22
ATENAS, 2004	168	98	14°	14	12	7	33
PEQUIM, 2008	319	188	9°	16	14	17	47
TOTAL	689	408		38	42	43	123

Adaptado de Costa (2009a).

O esporte paraolímpico, e adaptado de forma geral, do Brasil, tem alcançado resultados internacionais mais expressivos do que o convencional. Embora isso ocorra, é maior a atenção e desenvolvimento do segundo sobre o primeiro em nosso país (PENAFORT, 2001), visto maior distribuição de renda para o esporte olímpico, em relação ao paraolímpico (justificado pela maior possibilidade de retorno midiático).

Por isso, o movimento paraolímpico brasileiro encontra-se num estágio muito importante e favorável, seguindo uma onda crescente de divulgação, amplitude e resultados que deve ser aproveitada.

Segundo Costa (2009a), o esporte paraolímpico no Brasil chegou num momento crucial, de grande decisão política em relação ao seu destino. Ou toma-se o caminho de se adequar à realidade das grandes potências internacionais, no que diz respeito à profissionalização dos dirigentes e de ações de efetiva participação dos métodos científicos de avaliação e treinamento de atletas e equipes, visando manter-se no alto escalão esportivo, ou opta por um caminho de

conformismo em relação aos resultados já alcançados e à necessidade de adaptação de processos, equipamentos e treinamentos.

Como um passo a ser destacado, tem-se a recente organização da Comissão Científica do Comitê Paraolímpico Brasileiro que visa sistematizar, organizar e viabilizar pesquisas científicas ligadas a este objeto, contribuindo para o seu desenvolvimento e crescimento.